



Escola Superior do
Ministério Público da União

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

da Escola Superior do Ministério Público da União

2026-2028



Escola Superior do Ministério Público da União

Diretora-Geral da ESMPU

Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento

Diretor-Geral Adjunto da ESMPU

Manoel Jorge e Silva Neto

Chefe de Gabinete

Denis Aron dos Santos Magalhães

Assessor Jurídico

Carlos Adolfo Cardenas Garcia

Assessora de Gestão Estratégica

Dione Aparecida Tiago

Comissão de Sustentabilidade

Hildegarde de Souza Macedo

Isabel Maria Gularte de Agostini

Julimar Pereira da Silva Epifânio

Ludmila Araújo Rezende de Oliveira

Renata de Souza Rodrigues

Sônia Maria Soares

Sumário

Apresentação	4
1. Introdução	5
2. Fundamentação legal	6
3. Diretrizes estratégicas	7
4. Metodologia de elaboração	9
5. Diagnóstico atual	11
6. Definição de problemáticas	15
7. Plano de Ações e Metas	17
8. Implementação, monitoramento e avaliação	25

Apresentação

O Plano de Logística Sustentável (PLS) é um instrumento de planejamento e gestão que orienta a instituição na implementação de práticas administrativas mais eficientes, responsáveis e alinhadas aos princípios da sustentabilidade. Sua finalidade é estabelecer diretrizes, metas e ações capazes de promover a racionalização do uso de recursos, a redução de impactos socioambientais e a melhoria contínua dos processos internos.

Este documento consolida o diagnóstico da situação atual, define objetivos estratégicos e apresenta um conjunto de iniciativas distribuídas em diferentes eixos temáticos, incluindo consumo consciente de materiais, eficiência energética, gestão de resíduos, mobilidade, qualidade de vida no trabalho e contratações sustentáveis. Cada eixo conta com indicadores, metas mensuráveis, responsáveis pela execução e riscos envolvidos, permitindo o monitoramento sistemático dos resultados.

O PLS tem abrangência institucional, envolvendo todas as áreas e unidades, que passam a atuar de forma integrada na adoção de práticas sustentáveis e na promoção de uma cultura organizacional comprometida com a responsabilidade socioambiental. Seu objetivo principal é fortalecer a sustentabilidade como diretriz permanente de gestão, contribuindo para a modernização administrativa, a economicidade e o cumprimento das políticas públicas aplicáveis.

O presente plano terá vigência no período de 2026 a 2028, servindo como referência estratégica para o desenvolvimento das ações ao longo desses três anos. Para garantir sua atualidade e efetividade, o PLS será submetido a revisões anuais, permitindo ajustes, aprimoramentos e incorporação de novas demandas, tecnologias ou práticas que se mostrarem relevantes ao longo do ciclo de execução.

Com isso, o PLS se consolida como instrumento dinâmico, colaborativo e essencial para orientar a gestão sustentável, promover a eficiência e reforçar o compromisso institucional com a construção de um futuro mais equilibrado e responsável.

1. Introdução

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), comprometida com a formação continuada e integrada de membros/as e servidores/as do Ministério Público da União (MPU), reconhece que a sustentabilidade é um valor estratégico para fortalecer a justiça, os direitos da sociedade e a eficiência na gestão pública. Em sintonia com seus princípios de inovação, eficiência, ética, transparência, cooperação e excelência, a elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) constitui passo decisivo para incorporar práticas responsáveis e sustentáveis ao cotidiano institucional.

O PLS da ESMPU tem como propósito integrar ações que reduzam impactos ambientais, promovam o uso racional dos recursos e assegurem a economicidade, alinhando-se às exigências legais, às políticas nacionais de sustentabilidade e à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse sentido, o plano adota como referência os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), garantindo que suas diretrizes e metas contribuam para desafios globais como consumo responsável, eficiência energética, gestão de resíduos e mitigação das mudanças climáticas. Além disso, o PLS reforça o compromisso da ESMPU com a inclusão social e o respeito à diversidade, assegurando que suas ações considerem a equidade e a proteção das minorias, promovendo um ambiente institucional acessível e inclusivo.

Ao implementar medidas voltadas à gestão eficiente de energia, água, papel, resíduos e aquisições sustentáveis, a ESMPU reafirma seu compromisso com a transparência, a cooperação interinstitucional e a busca pela excelência. Mais do que atender às normas, o PLS fortalece a visão da Escola como centro de integração e inovação, capaz de responder de forma eficiente, inclusiva e sustentável às demandas da sociedade, garantindo que nenhuma pessoa seja deixada para trás.

2. Fundamentação legal

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 – Meta 12.7, que incentiva a promoção de práticas de contratações e gestões públicas baseadas em critérios de sustentabilidade.
Portaria PGR/MPU n. 38, de 16 de março de 2023, que institui a Política de Governança das Contratações do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União.
Decreto n. 12.771, de 5 de dezembro de 2025, que institui a Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável.
<i>Gestão de resíduos: estratégias de atuação interinstitucional (2022)</i> , do Conselho Nacional do Ministério Público.
Portaria Seges/MGI n. 5.376, de 14 de setembro de 2023, que institui o modelo de referência do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) de que trata o art. 7º da Portaria Seges/ME n. 8.678, de 19 de julho de 2021.
Lei n.12.305, de 2 de agosto de 2010, regulamentada pelo Decreto n. 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
<i>Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (out. 2025)</i> , da Advocacia-Geral da União.
Portaria Seges/ME n. 8.678, de 19 de julho de 2021 (arts. 2º, VII, e 5º), que dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, que versa sobre Licitações e Contratos.
Lei Distrital n. 5.610, de 16 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos e dá outras providências.
Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015; e arts. 45 e 57 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.
Política Nacional sobre Mudança do Clima – Lei n. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
Constituição Federal de 1988, arts. 170, IV, e 225.

3. Diretrizes estratégicas

1. Aquisições Sustentáveis que considerem o Ciclo de Vida

- Incluir critérios de sustentabilidade nos processos de compras e contratações, considerando o ciclo de vida do objeto (aquisição, manutenção, uso, descarte).
- Priorizar produtos e serviços com certificações ambientais, eficiência energética e menor impacto ambiental.

2. Consumo Sustentável, Gestão de Resíduos e Defesa do Meio Ambiente

- Estabelecer metas para redução do consumo de energia, água, papel e copos descartáveis com monitoramento contínuo.
- Elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.
- Promover campanhas educativas sobre descarte consciente.

3. Mobilidade Sustentável

- Incentivar transporte coletivo, compartilhado ou com menor emissão de carbono para servidores/as, colaboradores/as e público externo.

4. Participação e Engajamento

- Garantir a participação ativa de membros/as e servidores/as na elaboração, na execução e no monitoramento do PLS.
- Criar canais de comunicação para sugestões e boas práticas sustentáveis.

5. Inclusão, Acessibilidade e Gestão de Pessoas

- Promover políticas que cuidem do bem-estar físico e mental de servidores/as, membros/as e colaboradores/as, alinhadas à gestão humanizada.
- Reservar vagas em contratos terceirizados para pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência doméstica, pessoas em situação de vulnerabilidade social, entre outros grupos minoritários.
- Apoiar programa de menor aprendiz para adolescentes em situação de violência doméstica e/ou vulnerabilidade social.

6. Boa Governança e Transparência

- Publicar relatórios periódicos com resultados e indicadores, assegurando transparência e *accountability*.
- Divulgar os ODS impactados pelas ações da ESMPU.

7. Capacitação e Conscientização

- Desenvolver programas de treinamento sobre práticas sustentáveis para servidores/as, membros/as e colaboradores/as.
- Realizar campanhas internas que promovam engajamento, diversidade e responsabilidade socioambiental.

4. Metodologia de elaboração

A construção do Plano de Logística Sustentável (PLS) da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) foi um processo estratégico e fundamental para a integração efetiva dos princípios de sustentabilidade nas atividades da instituição. Inspirada em abordagens colaborativas e analíticas, e pautada nas diretrizes nacionais e internacionais, a metodologia foi desenvolvida para garantir a robustez, a transparência e a aplicabilidade do PLS, assegurando seu alinhamento com os objetivos institucionais e as demandas por uma gestão mais responsável.

A Comissão de Sustentabilidade da ESMPU realizou a análise do cenário atual, identificando os pontos de melhoria, por meio da aplicação de questionários voltados para o público interno e para os/as gestores/as de áreas estratégicas, que lidam diretamente com contratações, compras e gestão de pessoas.

A análise das informações sobre aquisições, consumo de recursos (água, energia e papel) e geração de resíduos e as percepções sobre práticas de ESG (Ambiental, Social e Governança) revelaram um panorama detalhado de forças, lacunas e riscos. Por exemplo, a identificação de "lacunas", como a ausência de um plano formal de descarte ou metas para a redução de água, e os "riscos" de não comprovar a efetividade das ações sem indicadores claros são dados cruciais que orientarão as prioridades do plano. Essa fase não se limitou à coleta de dados, mas à sua interpretação crítica, que permitiu segmentar as problemáticas e identificar onde os esforços terão maior impacto, priorizando temas como "Capacitação e Resíduos" e "Energia", conforme as prioridades indicadas pelos/as respondentes.

Ademais, o PLS da ESMPU foi estrategicamente alinhado a diretrizes nacionais e internacionais. O referencial dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, ratificados pelo Governo brasileiro, atuou como arcabouço orientador, garantindo que as ações propostas contribuam para metas

globais de desenvolvimento sustentável. A adesão às orientações do Caderno de Logística Sustentável do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e a incorporação de boas práticas de planejamento estratégico asseguraram a solidez técnica e a conformidade legal do plano. As diretrizes já estabelecidas, como "Aquisições Sustentáveis que considerem o Ciclo de Vida", "Gestão Eficiente de Recursos" e "Mobilidade Sustentável", serviram como eixos temáticos para a definição de um Plano de Ações e Metas claras, mensuráveis e com prazos definidos.

Ao unir um diagnóstico pormenorizado, a governança colaborativa e o alinhamento com referenciais globais de sustentabilidade, a instituição não apenas cumprirá seu papel na promoção de práticas mais responsáveis, mas também fortalecerá sua imagem, otimizará seus recursos e inspirará uma cultura interna de conscientização e engajamento. Este PLS, assim concebido, não será um documento estático, mas um compromisso dinâmico com um futuro mais sustentável para a ESMPU e para a sociedade.

5. Diagnóstico atual

A elaboração do Plano de Logística Sustentável da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) teve como ponto de partida a construção de um diagnóstico institucional robusto, conduzido pela Comissão de Sustentabilidade. Esse processo buscou identificar a situação atual da instituição em relação à sustentabilidade, mapeando forças, lacunas e riscos que pudessem orientar a definição de objetivos, metas e ações com maior precisão e impacto.

O diagnóstico foi estruturado em torno de sete diretrizes estratégicas, que delimitaram o escopo da investigação e refletem a abrangência da visão de sustentabilidade adotada pela ESMPU: aquisições sustentáveis que considerem o ciclo de vida dos produtos; gestão eficiente de recursos; gestão de resíduos e defesa do meio ambiente; mobilidade sustentável; participação e engajamento; inclusão, acessibilidade e gestão de pessoas; boa governança e transparência; e capacitação e conscientização. Essa estrutura demonstra que o compromisso institucional transcende a dimensão ambiental, incorporando também as perspectivas social e de governança.

A fase de investigação compreendeu o mapeamento de informações existentes, a caracterização da logística institucional e a definição do cronograma de trabalho. Esse levantamento forneceu a base necessária para compreender o contexto operacional da instituição e identificar as problemáticas prioritárias.

Como parte da investigação, foram aplicados dois instrumentos de escuta interna. O primeiro, um questionário geral sobre Sustentabilidade e Práticas ESG na ESMPU, foi direcionado ao público interno da instituição e obteve 24 respostas. O segundo, voltado especificamente para gestores/as de áreas estratégicas, foi respondido por cinco unidades – Divisão de Serviços Administrativos (Disam), Divisão de Compras e Contratos (Dicom), Divisão de Gestão de Pessoas (DGP), Secretaria de Administração (SA) e Secretaria de Ensino, Pesquisa e Extensão (Sepe) – e aprofundou o diagnóstico nas dimensões ambiental, social e de governança de cada setor. Em conjunto, esses instrumentos revelaram percepções

sobre práticas já adotadas, ausência de políticas formais e oportunidades de melhoria, compondo uma visão qualitativa e quantitativa da realidade institucional.

Os resultados consolidados indicaram que os temas de maior relevância e impacto percebidos pelos/as respondentes foram: capacitação e resíduos, em primeiro lugar; comunicação, saúde e riscos, em segundo; e energia, em terceiro. Essa hierarquia orientou diretamente a estruturação dos eixos temáticos do PLS e a definição das metas e ações que compõem o plano.

A análise por unidade, com base no questionário aplicado aos/às gestores/as, revelou o panorama descrito a seguir nas dimensões ambiental, social e de governança.

A Disam foi classificada no nível intermediário na esfera ambiental, com pontos positivos no monitoramento de consumo de água e energia – incluindo iluminação LED, sensores de presença, desligamento automático de ar-condicionado e uso de energia solar – e na manutenção preventiva por contrato, que prolonga a vida útil dos bens. As lacunas identificadas incluem a ausência de plano de descarte, de indicadores de compras sustentáveis e de monitoramento para papel e descartáveis.

A Dicom apresentou nível básico na dimensão ambiental e básico-intermediário em governança, destacando-se pela inserção de critérios socioambientais em termos de referência e editais, mas com lacunas na formalização de uma política de compras sustentáveis e na verificação do cumprimento ESG por parte de fornecedores.

A DGP alcançou nível intermediário-avançado na esfera social, com ações consolidadas de capacitação e bem-estar, embora careça de indicadores de efetividade dos treinamentos.

A Secretaria de Administração (SA) situou-se no nível intermediário nas três dimensões, com forças no monitoramento de viagens aéreas e na acessibilidade física e digital, e lacunas na ausência de critérios de sustentabilidade para autorização de viagens e na inclusão em contratos terceirizados.

Por fim, a Sepe foi avaliada como básica na dimensão ambiental e intermediária-avançada na social, com iniciativas relevantes de acessibilidade e

foco em grupos minorizados, mas ainda sem critérios de sustentabilidade para eventos e sem monitoramento do impacto ambiental das ações de ensino a distância.

Complementarmente à escuta interna, o diagnóstico investigou os padrões de consumo institucional a partir de perguntas estruturantes: o que se compra, o quanto se compra, como se compra, com que frequência, quem compra e de quem se compra. Essa abordagem é essencial para identificar, na origem, os impactos ambientais e sociais gerados pelas aquisições da instituição e para orientar a incorporação de critérios de sustentabilidade nos processos de contratação pública.

Paralelamente, foi realizado levantamento quantitativo de consumo com base nos dados dos exercícios de 2023, 2024 e 2025, abrangendo energia elétrica, água encanada, papel, copos descartáveis e resíduos sólidos. Os resultados são apresentados a seguir.

Em relação aos resíduos sólidos orgânicos e indiferenciados, foram gerados 45.042 kg nos três exercícios analisados, com custo total de R\$ 73.831,43. Em 2025, a composição dos resíduos foi predominantemente orgânica (4.098 kg), seguida pela categoria "outros" (1.121 kg), papel (133 kg), plásticos (131 kg), papelão (124 kg) e vidros (83 kg).

Quanto aos copos descartáveis, o consumo de copos de 200 ml somou 5.350 centos nos três exercícios, com custo de R\$ 21.211,55, mantendo-se estável entre 2023 e 2025. O consumo de copos de 50 ml totalizou 250 centos, com custo de R\$ 544,28. Chama atenção a descontinuidade na aquisição de copos oxibiodegradáveis: os de 200 ml foram contratados apenas em 2023 (75 centos) e os de 50 ml, em 2023 e 2024 (400 centos no total), sem registro de contratação em 2025, indicando retração no uso de alternativas mais sustentáveis.

No que se refere ao papel A4, o consumo de papel branco cresceu expressivamente, de 49 resmas em 2024 para 105 em 2025, totalizando 193 resmas nos três anos, com custo de R\$ 3.127,18. O papel reciclado, por sua vez, apresentou trajetória inversa: de 121 resmas em 2023, caiu para 83 em 2025, totalizando 303 resmas e custo de R\$ 3.628,99.

O consumo de energia elétrica atingiu 875.336 kWh nos três exercícios, com custo de R\$ 714.140,16. Destaca-se a redução expressiva de 351.961 kWh em 2024 para 211.358 kWh em 2025 – queda de aproximadamente 40% –, resultado que pode ser atribuído, em parte, às iniciativas já implementadas pela Disam, como sensores de presença, desligamento automático de ar-condicionado e uso de energia solar.

O consumo de água encanada somou 8.279 m³ nos três anos, com custo de R\$ 271.715,50. Houve redução de 3.037 m³ em 2024 para 2.720 m³ em 2025, representando queda de aproximadamente 10%, o que demonstra avanços no monitoramento e no uso racional desse recurso.

Em síntese, o diagnóstico revela uma instituição que já possui iniciativas sustentáveis relevantes e avança em áreas como eficiência energética e monitoramento hídrico, mas que ainda enfrenta desafios significativos na formalização de políticas, na definição de indicadores de desempenho e no engajamento sistemático de suas unidades. Esse panorama fundamenta a estruturação dos eixos, objetivos e metas do PLS, que serão apresentados nas seções seguintes.

6. Definição de problemáticas

Ao longo dos últimos meses, a Comissão de Sustentabilidade da ESMPU solicitou e consolidou informações para a efetivação de um diagnóstico assertivo acerca da realidade institucional em relação ao tema sustentabilidade. Como direcionador para o trabalho, o objetivo foi reunir informações precisas e que pudessem subsidiar a tomada de decisões voltadas ao aprimoramento de práticas que tenham alcance transversal e que resultem na redução de gastos e no consumo adequado de recursos. A seguir, foram elencados pontos de melhoria nos eixos temáticos mais significativos.

Quadro 1 - Pontos de melhoria identificados

Eixo Temático	ID	Problemática
Racionalização e consumo consciente	P01	Necessidade de consolidar e amadurecer indicadores e metas para redução de materiais descartáveis, energia e demais recursos.
Identificação dos objetos de menor impacto ambiental nas aquisições	P02	Oportunidade de ampliar e fortalecer a incorporação de critérios e requisitos de sustentabilidade nos processos de contratação pública.
	P03	Potencial para expandir e incentivar o uso de ferramentas, rótulos e certificações que apoiem a identificação e seleção de produtos e serviços sustentáveis.
	P04	Oportunidade de aprimorar a verificação da conformidade ambiental e na integração entre áreas técnicas e compras para identificação de alternativas sustentáveis.
Divulgação, conscientização e capacitação acerca da logística sustentável	P05	Desafio de consolidar e disseminar amplamente a cultura e as informações de sustentabilidade para o público interno.
	P06	Estruturação e direcionamento estratégico do planejamento voltado à capacitação contínua na temática da sustentabilidade.
Inclusão, equidade, diversidade e qualidade de vida	P07	Oportunidade de integrar e institucionalizar de forma contínua as iniciativas de promoção da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

7. Plano de Ações e Metas

DIRETRIZ ESTRATÉGICA	OBJETIVO		META		AÇÃO		PRAZOS		RECURSOS NECESSÁRIOS	RISCOS ENVOLVIDOS
	ID	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	INDICADOR	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	INICIAL	FINAL		
Aquisições Sustentáveis que considerem o Ciclo de Vida	OB 01	Incorporar critérios de sustentabilidade nos processos de compras e contratações, considerando o ciclo de vida do objeto (aquisição, manutenção, uso e descarte).	Até 12/2028, 100% dos editais e termos de referência incluirão ao menos três critérios de sustentabilidade pertinentes ao objeto (ciclo de vida). Marcos: 60% em 2026 e 80% em 2027.	Percentual de editais e avisos de dispensa com critérios de sustentabilidade (%)	Revisar e padronizar modelos de editais com cláusulas de sustentabilidade.	Coordenadoria de Compras (CComp)	jun/26	dez/28	Equipe técnica de compras; consultoria jurídica; sistemas de licitação atualizados; acesso a normas técnicas e catálogos de selos ambientais.	Escassez de fornecedores sustentáveis no mercado; preços superiores ao orçamento previsto; impugnação de editais por critérios considerados restritivos.
					Elaborar <i>checklist</i> de critérios ambientais aplicáveis por tipo de contratação.	Comissão de Sustentabilidade; CComp				
	OB 02	Priorizar produtos e serviços com certificações ambientais, eficiência energética e	Até 12/2028, ao menos 70% das aquisições das categorias priorizadas terão certificações/selos válidos (ex.:	Percentual de aquisições e contratos com exigência de certificação ambiental ou	Mapear certificações ambientais exigíveis (Inmetro, Procel, FSC etc.).	Comissão de Sustentabilidade	jun/26	dez/28	Equipe técnica de compras; consultoria jurídica; sistemas de licitação atualizados; acesso a normas técnicas e catálogos de selos ambientais.	Escassez de fornecedores sustentáveis no mercado; preços superiores ao orçamento previsto;

		menor impacto ambiental.	Procel A/Inmetro, FSC/PEFC, EPEAT/TCO, ISO 14001 para serviços), garantindo equivalentes quando cabível. Marco: 30% até 12/2026; 50% em 2027.	eficiência energética	Inserir exigência de eficiência energética mínima nos termos de referência, sempre que possível.	CComp				impugnação de editais por critérios considerados restritivos.
Consumo Sustentável, Gestão de Resíduos e Defesa do Meio Ambiente	OB 03	Atingir metas de redução do consumo de energia, água, papel, copos descartáveis, com monitoramento contínuo.	Reduzir o consumo <i>per capita</i> de energia elétrica em 15% até 2028 em relação a 2025. Marcos: 5% em 2026 e 10% em 2027.	Consumo <i>per capita</i> de energia elétrica em Kwh	Instalar sensor de presença e fotovoltaico na garagem.	Coordenadoria de Engenharia (Coenge)	jun/26	dez/28	Equipe de manutenção/Coenge; materiais hidráulicos/elétricos (sensores, redutores); verba para infraestrutura; Suporte de TI para configuração de impressoras.	Baixa adesão do público interno às mudanças de hábito; falhas técnicas nos equipamentos instalados; aumento temporário de custos de manutenção.
					Individualizar circuito de iluminação comum para permitir escolha de lâmpadas pontuais.	Coenge	jun/26	dez/28		
					Conscientizar o público interno sobre a necessidade de desligar luminárias, ar-condicionado e computador, sempre que possível.	Comissão de Sustentabilidade; CComp	jun/26	dez/28		

			Reduzir o consumo <i>per capita</i> de água em 15% até 2028 em relação a 2025. Marcos: 5% em 2026 e 10% em 2027.	Consumo <i>per capita</i> de água em m ³	Instalar redutor de pressão nas torneiras dos andares mais baixos.	Coenge	jun/26	dez/28		
					Utilizar irrigador automático nos jardins do térreo.	Coenge	jun/26	dez/28		
			Reduzir, em relação a 2025, a quantidade de copo descartável (de café de 50 ml e de água de 200 ml) em 85% em 2026; 87,5% em 2027; e 90% até 2028.	Quantidade de copo descartável utilizado	Incentivar o uso de utensílios duráveis (copos, canecas, xícaras) para o público interno obrigatoriamente e para o público externo; campanha voltada para o público externo.	Núcleo de Almoxarifado (Nual); Comissão de Sustentabilidade; Secretaria de Comunicação Social (Secom)	jun/26	dez/28		
			Reduzir, em relação a 2025, o consumo <i>per capita</i> de papel em 5% em 2026; 10% em 2027; e 15% até 2028.	Consumo <i>per capita</i> de resma de papel	Configurar todas as impressoras para impressão frente e verso.	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	jun/26	dez/28		



	OB 04	Instituir o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.	Realizar o planejamento da destinação dos resíduos.	PGRS elaborado	Instruir processo para viabilizar a contratação do PGRS.	Coordenadoria de Serviços Administrativos e Materiais (Cosam)	mai/26	dez/28	Orçamento para contratação de empresa especializada; equipe de Comunicação (Secom) para divulgação do plano; lixeiras de coleta seletiva padronizadas.	Dificuldade na contratação de empresas licenciadas para destinação final; segregação inadequada dos resíduos na fonte; falta de dados precisos para o planejamento.
	OB 05	Promover campanhas educativas sobre descarte consciente.	Realizar ao menos uma campanha anual sobre descarte consciente.	Número de campanhas realizadas por ano	Promover campanhas educativas internas (cartazes, e-mail, eventos). Divulgar orientações sobre resíduos especiais (pilhas, eletrônicos etc.).	Secom; Comissão de Sustentabilidade	mai/26	dez/28	Equipe de Comunicação (Secom); lixeiras de coleta seletiva padronizadas.	Dificuldade na contratação de empresas licenciadas para destinação final; segregação inadequada dos resíduos na fonte; falta de dados precisos para o planejamento.



Mobilidade Sustentável	OB 06	Incentivar transporte coletivo, compartilhado ou com menor emissão de carbono para servidores/as, colaboradores/as e público externo.	Criação de grupo de carona solidária.	Adesões ao grupo registradas	Promover campanhas de incentivo à carona solidária. Incentivar o uso de bicicletas (vagas, bicicletário). Divulgar rotas de transporte público.	Comissão de Sustentabilidade	dez/26	dez/28	Plataforma/app de carona solidária; infraestrutura de vestiários e bicicletários; campanhas de incentivo da Secom.	Baixa adesão por questões de segurança ou conveniência; custos de adequação física do prédio; necessidade de gestão de responsabilidade civil.
Participação e Engajamento	OB 07	Garantir a participação ativa de servidores/as na elaboração, nas execução e no monitoramento do PLS.	Realizar um ciclo anual de consulta/escuta, com participação de 50% dos/as servidores/as; obter 50% de adesão das áreas às ações planejadas no PLS.	Consulta realizada	Criar formulário de escuta sobre as ações de sustentabilidade e painel de acompanhamento e devolutivas; integrar metas do PLS nos planos das áreas.	Comissão de Sustentabilidade	jan/26	jun/26	Ferramentas de pesquisa (Forms); painéis de BI para transparência; brindes ou selos para reconhecimento de boas práticas.	Baixa taxa de resposta nas consultas; descrédito do programa se as sugestões não forem implementadas; excesso de e-mails gerando desinteresse.
	OB 08	Criar e estimular canais de comunicação para sugestões e boas práticas sustentáveis.	Lançar canal oficial de sugestões até 9/2026.	Existência do canal (sim/não)	Disponibilizar formulário permanente; divulgar "boas práticas do mês"; reconhecer servidores/as e áreas com selo de boas práticas.	Comissão de Sustentabilidade; CComp	jun/26	set/26		

Inclusão, Acessibilidade e Gestão de Pessoas	OB 09	Promover políticas que cuidem do bem-estar físico e mental dos/as servidores/as, membros/as e colaboradores/as, alinhadas à gestão humanizada.	Implementar ao menos uma ação anual de promoção do bem-estar.	Número de ações realizadas por ano	Promover ações reflexivas sobre saúde física, mental e ergonomia; acompanhar indicadores de saúde ocupacional; realizar campanhas temáticas.	CGP	jul/26	dez/28	Profissionais de saúde/RH; adaptações ergonômicas e de acessibilidade.	Dificuldade de integração dos grupos vulneráveis; restrições orçamentárias para ações de saúde; barreiras jurídicas na reserva de vagas em editais.
	OB 10	Reservar vagas em contratos terceirizados para pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência doméstica, pessoas em situação de vulnerabilidade social, entre outros grupos minoritários.	Firmar contratos que incluam colaboradores/as PCDs e grupos vulneráveis a partir de 2026, observadas a legislação vigente e a viabilidade jurídica.	Percentual de colaboradores/as contratados/as	Acompanhar o cumprimento de cláusulas sociais.	Cosam; Coordenadoria de Contratos (CCont)	dez/26	dez/27	Profissionais de saúde/RH; parcerias com instituições formadoras; adaptações ergonômicas e de acessibilidade.	

	OB 11	Apoiar programas de menor aprendiz para adolescentes em situação de violência doméstica e/ou vulnerabilidade social.	Manter uma vaga anual para menores aprendizes em situação de vulnerabilidade.	Número de vagas ocupadas	Firmar parcerias com entidades formadoras; reservar vagas nos contratos aplicáveis; instituir programa de mentoria e acompanhamento; realizar avaliação semestral de resultados.	CGP	nov/26	dez/28	Parcerias com instituições formadoras (Menor Aprendiz).	
Boa Governança e Transparência	OB 12	Publicar relatórios periódicos com resultados e indicadores, assegurando transparência e <i>accountability</i> .	Publicar relatório anual do PLS e disponibilizar painel público com indicadores; manter série histórica e metadados dos indicadores.	Número de relatórios publicados	Definir modelo padrão de relatório. Realizar atualização anual dos indicadores.	Comissão de Sustentabilidade	dez/26	dez/28	Ferramentas de visualização de dados (PowerBI); design gráfico; conhecimento técnico sobre a Agenda 2030 (ODS).	Inconsistência ou atraso na coleta de dados das áreas; relatórios complexos demais para o público leigo; percepção de “ <i>greenwashing</i> ” se as metas não forem atingidas.
	OB 13	Divulgar os ODS impactados pelas ações da ESMPU.	Mapear 100% das ações do PLS aos ODS e metas correspondentes até 2027 e manter essa vinculação atualizada nas publicações e nos relatórios.	Percentual de ações vinculadas a ODS	Criar matriz Ação-ODS-Meta ODS; incluir ícones ODS em documentos/comunicações.	Comissão de Sustentabilidade	jul/26	dez/27		

Capacitação e Conscientização	OB 14	Desenvolver programas de treinamento sobre práticas sustentáveis para servidores/as, membros/as e colaboradores/as.	Capacitar 100% dos/as servidores/as e colaboradores/as da área de compras, contratos e licitações, e fiscais com pelo menos um curso, de pelo menos 20 horas, por ano.	Percentual de servidores/as e colaboradores/as capacitados/as	Incluir na Política de Capacitação a temática de Sustentabilidade.	CGP	jul/26	dez/28	Plataforma de ensino a distância; orçamento para instrutores/as externos/as; espaço físico ou virtual para eventos.	Conflito de agenda dos/as servidores/as com as atividades laborais; conteúdo programático desalinhado com a prática; baixa retenção do conhecimento.
	OB 15	Realizar campanhas internas que promovam engajamento, diversidade e responsabilidade socioambiental.	Realizar pelo menos uma campanha institucional por ano, alcançando $\geq 70\%$ do público interno (medido por participação).	Número de campanhas realizadas	Criar calendário anual temático; kits de comunicação multicanal; desafios; sinalização verde em espaços. Elaborar relatório de engajamento pós-campanha e melhoria contínua.	Secom; Comissão de Sustentabilidade	mai/26	dez/28		

8. Implementação, monitoramento e avaliação

A eficácia do Plano de Logística Sustentável (PLS) da ESMPU para o triênio 2026-2028 depende da integração entre o planejamento estratégico e a execução operacional. Esta seção detalha os mecanismos que garantirão a transição das metas para a realidade institucional, assegurando a transparência e a melhoria contínua dos processos.

A fase de implementação fundamenta-se na descentralização das responsabilidades, sendo a Comissão de Sustentabilidade o órgão central responsável pela coordenação e pelo fomento das ações. A execução das ações descritas na Matriz de Metas será conduzida pelas unidades organizacionais diretamente envolvidas, como a CComp (aquisições), a CCont (contratos), a CGP (pessoas), a Coenge (infraestrutura), a Secom (comunicação), entre outras. Por exemplo, as metas de compras sustentáveis, como a inclusão de critérios socioambientais em 100% dos editais até 2028, deixam de ser diretrizes isoladas e passam a compor o fluxo padrão de trabalho das equipes técnicas.

Já o monitoramento constitui o acompanhamento sistemático do progresso dos indicadores de desempenho, permitindo a identificação de desvios. Para garantir a precisão desse processo, a ESMPU adotará metodologia de coleta de dados periódica, preferencialmente automatizada e consolidada em painéis de *Business Intelligence* (BI). A apuração dos indicadores observará prazos específicos: dados de consumo de recursos como energia elétrica e água – para os quais se projeta redução de 15% em relação aos índices de 2025 – serão monitorados mensalmente, enquanto ações de capacitação e engajamento social serão avaliadas semestralmente. Esse monitoramento contínuo é o que garantirá, por exemplo, o controle rigoroso sobre a meta de redução de 90% no uso de copos descartáveis, permitindo que as áreas gestoras ajustem suas campanhas de conscientização conforme o comportamento observado.

A fase de avaliação encerra o ciclo anual de gestão e fornece subsídios para o aperfeiçoamento do PLS. Anualmente, será elaborado o Relatório de Avaliação de Desempenho (RAD), documento analítico que confrontará os resultados alcançados com os marcos estabelecidos na Matriz Orientativa. Essa avaliação não se limitará a números, mas buscará compreender a efetividade do instrumento de planejamento ante a realidade administrativa. O RAD destacará as boas práticas, justificará eventuais metas não atingidas e proporá revisões necessárias para o ciclo subsequente. Após a validação pela Comissão de Sustentabilidade, o relatório será submetido à aprovação da Diretoria-Geral e publicado no sítio eletrônico da Escola, cumprindo o compromisso de *accountability* e reforçando a cultura de transparência institucional.